



LUTAR CONTRA AS REFORMAS QUE MASSACRAM OS TRABALHADORES



A Reforma Tributária, Projeto de Lei 3.887/2020, apresentada ao Congresso Nacional pelo Ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, em julho do ano passado, promete ser mais um duro ataque aos trabalhadores, em especial os mais pobres. Sua votação estava prevista para esta semana, mas foi adiada.

A proposta prevê a unificação do PIS e da Cofins, na denominada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O governo diz que se trata de uma grande simplificação que facilitará a vida do contribuinte. No entanto, na prática, além da simplificação ser mínima, a mudança provocará aumento da carga tributária, pois a CBS incidirá sobre a obtenção da receita bruta, à alíquota de 12%, que será repassada aos consumidores e destacada na nota fiscal referente à venda de bens e serviços. Será a sociedade que consome que pagará pela nova alíquota de 12%, que certamente impactará no aumento dos preços cobrados da população.

O Brasil é um dos países mais injustos do mundo em matéria tributária, uma vez que mais da metade da arrecadação tributária brasileira advém de tributos que incidem sobre o consumo. Com o aumento dessa carga tributária sobre o consumo, o peso maior

recairá sobre as pessoas de baixa renda, que empregam tudo que ganham para adquirir produtos necessários à sua sobrevivência. A situação de desigualdade irá piorar.

A proposta também ameaça o financiamento da Seguridade Social, que passará a receber apenas um percentual do que se arrecadará com a CBS, sendo que atualmente recebe a totalidade do que se arrecada com o Cofins. Além disso, esse percentual poderá ser alterado a qualquer momento, por exemplo, aumentando-se a parcela destinada ao Bndes, que tem financiado privatizações de patrimônio estratégico, em detrimento dos interesses da sociedade e da economia do país.

Essa reforma representa um duro ataque aos mais pobres, uma vez que aumentará a carga tributária que recai sobre o consumo, fragilizará o caixa da Seguridade Social e poderá, ainda, facilitar o direcionamento de recursos para a o objetivo de privatizações desse governo entreguista.

É preciso organizar a luta contra todo o conjunto das políticas neoliberais encabeçadas pelo governo Bolsonaro e sua equipe, com os métodos de luta criados pela classe trabalhadora: com greves e ocupações.

SERPRO E DATAPREV NÃO PODEM SER PRIVATIZADAS



Uma audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 20/08/21, através da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, debateu o processo de desestatização do Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, DATAPREV. O debate ressaltou a importância do trabalho realizado por essas estatais para o povo e o Estado brasileiros.

A audiência contou com funcionários das empresas, dirigentes sindicais, membros do DIEESE e o Procurador da República e Coordenador do Grupo de Trabalho Tecnologias da Informação e Comunicação, Alexandre Assunção e Silva. No entanto, nenhum representante do governo, convidado, esteve presente e até o momento não existem justificativas governamentais para a privatização dessas estatais que têm um papel estratégico para o funcionamento do Estado.

No debate constataram-se inconsistências legais deste processo de desestatização e ficou evidente que a iniciativa fere a Lei Geral de Proteção de Dados, a Lei de Segurança Nacional e o Código Penal, além de colocar em risco a soberania nacional.

Por tudo isto dizemos **NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SERPRO E DA DATAPREV!**

UERJ: NOVA INVESTIDA DO BOLSONARISMO CONTRA A UNIVERSIDADE PÚBLICA



O Projeto de Lei 4673/21, publicado no Diário Oficial no dia 19 de agosto, propõe a extinção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seus professores serão “convidados” a aderir ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e os bens e os estudantes remanejados para universidades particulares. O PL é de autoria do Deputado Estadual do PSL-RJ, Anderson Moraes.

O sucateamento da educação pública tem por objetivo justificar sua extinção. O caso da UERJ é a concretização das ameaças que a educação pública tem sofrido todos os dias. Os cortes orçamentários e a precarização das condições de trabalho dos servidores são mecanismos da direita para privatizar os serviços públicos. Justificado pela ideia do Ministro da Educação de que nem todos precisam de ensino superior, o governo Bolsonaro retira da classe trabalhadora o direito à ciência e ao conhecimento.

Não à extinção da UERJ. Não à privatização da Educação Pública.

DESVALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM É PARTE DA POLÍTICA GENOCIDA



Em Belo Horizonte, capital mineira, desde março de 2021, os profissionais da enfermagem, além de realizar seu trabalho no atendimento de urgência aos usuários do SUS com sintomas da Covid-19 e de outras patologias, estão abrindo mão de feriados, sábados e pontos facultativos no período de vacinação.

Devido à falta de pessoal e sujeitas a baixos salários, as equipes estão sendo obrigadas a trabalhar exaustivamente, sem poder usufruir de folgas, o que tem levado muitos ao estresse e adoecimento.

Todas as propostas de melhoria das condições de trabalho dos profissionais da enfermagem feitas pelos sindicatos, entidades de classe e por parlamentares de esquerda têm sido rechaçadas pelos poderes públicos. Com a chegada da variante Delta e a volta à normalidade das atividades na maior parte do País, os profissionais de Saúde, mesmo vacinados, estão sob o risco de uma nova onda da pandemia cujos resultados ainda são desconhecidos